

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Comentada

3ª EDIÇÃO

Revista, atualizada e ampliada

MÁRCIO COTS
RICARDO OLIVEIRA

Prefácio
DANILO DONEDA

**DE ACORDO COM A REDAÇÃO
FINAL DA LEI 13.853/2019**

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiárias: Bárbara Baraldi Sabino e Stefanie Lopes Pereira

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thais Pereira

Estagiárias: Beatriz Fialho, Tainá Luz Carvalho e Victória Menezes Pereira

Capa: Felipe Marques Gama

Adaptação de Capa: Linotec

Controle de Qualidade da Diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Jonatan Souza, Luciano Guimarães, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cots, Márcio

Lei geral de proteção de dados pessoais comentada / Márcio Cots e Ricardo Oliveira. -- 3. ed. rev., atual e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019.

Bibliografia.

ISBN 978-85-5321-959-9

1. Direito à privacidade 2. Direito à privacidade - Brasil 3. Proteção de dados pessoais 4. Proteção de dados - Leis e legislação I. Oliveira, Ricardo. II. Título.

19-30608

CDU-342.721

Índices para catálogo sistemático:

1. Proteção de dados pessoais : Direito 342.721

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO	25
LEI 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 – PREÂMBULO	27
1. O ordenamento jurídico até então existente e a LGPD.....	27
1.1. Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	27
1.2. Constituição Federal de 1988	27
1.3. Lei 8.078/1990: Código de Defesa do Consumidor.....	28
1.4. Lei 10.406/2002: Código Civil	29
1.5. Lei 9.296/1996: Lei de Interceptação Telefônica e Telemática	30
1.6. Lei 9.472/1997: Lei Geral de Telecomunicações.....	30
1.7. Lei 9.507/1997: Lei do <i>Habeas Data</i>	31
1.8. Lei 9.983/2000: Crime de inserção de dados falsos em sistemas de informações da administração pública	31
1.9. Lei Complementar 105/2001: Sigilo das operações de instituições financeiras	31
1.10. Portaria nº 5/2002 da SDE/MJ	32
1.11. Resolução 245/2007 do Denatran	32
1.12. Resolução CFM 1.821/2007	32
1.13. Decreto 6.135/2007: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.....	33
1.14. Decreto 6.425/2008: Dispõe sobre o censo anual da educação	34
1.15. Decreto 6.523/2008: Regulamenta o serviço de SAC.....	34
1.16. Lei 12.414/2011: Disciplinou o cadastro positivo	34
1.17. Lei 12.527/2011: Lei de acesso à informação	35

1.18. Lei 12.737/2012: Crime de invasão de dispositivos informá- ticos (Lei Carolina Dieckmann).....	37
1.19. Decreto 7.962/2013: Regulamenta o comércio eletrônico..	38
1.20. Lei 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) e Decreto 8.771/2016 (Regulamentador do Marco Civil da Internet)...	38
1.21. Decreto 8.777/2016: Política de Dados Abertos do Governo Federal.....	40
1.22. Lei 13.853/2019 (Conversão da Medida Provisória 869/2018).....	41

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º	42
1. A pessoa natural e a pessoa jurídica	42
2. Abrangência da lei quanto aos seus destinatários.....	44
3. Diferenciação entre objetivos, fundamentos e princípios.....	46
4. Objetivo da LGPD e a vulnerabilidade do titular	48
Art. 2º	49
1. Privacidade	49
2. Autodeterminação informativa	52
3. Liberdade de expressão, informação, comunicação e opinião	52
4. Inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem.....	55
5. Desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação.....	56
6. Livre-iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor ...	58
Art. 3º	61
1. Tratamento <i>on-line</i> e <i>off-line</i>	62
2. Abrangência territorial da lei	63
Art. 4º	63
1. Exceções de inaplicabilidade da lei	64
2. Uso pessoal.....	65
3. Fins exclusivamente jornalísticos.....	65
4. Fins exclusivamente artísticos	67

5.	Fins exclusivamente acadêmicos	68
6.	Interesse público específico – Segurança e Defesa	70
7.	Tratamento de dados do exterior	71
Art. 5º	72
1.	Definições legais	73
2.	Dados pessoais e o critério expansionista	74
3.	Definição de tratamento de dados pessoais	75
4.	Definição de autoridade nacional	75
Art. 6º	75
1.	Da boa-fé	76
2.	Da importância do estabelecimento de Princípios legais	79
3.	Princípio da finalidade	79
4.	Princípio da adequação	80
5.	Princípio da necessidade	81
6.	Princípio da não discriminação	81
7.	Princípio da transparência	81
8.	Os demais princípios	81

CAPÍTULO II

DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

SEÇÃO I

Dos Requisitos para o Tratamento de Dados Pessoais

Art. 7º	82
1.	Requisitos ou bases legais para tratamento de dados pessoais	83
2.	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória	83
2.1.	Execução de políticas públicas	84
2.2.	Realização de estudos por órgãos de pesquisa	84
2.3.	Execução de contratos	85
2.4.	Exercício regular de direitos	86
2.5.	Proteção da vida	87

2.6. Tutela da saúde	88
2.7. Proteção do crédito	89
Art. 8º	91
1. Natureza jurídica do consentimento	91
2. Da forma do consentimento e do ônus da prova	92
3. Vícios de consentimento	93
4. Consentimento e finalidade	95
5. Revogação do consentimento	96
6. Consentimento e o compartilhamento de dados entre controladores	96
7. Do tratamento de dados pessoais de acesso públicos sem a coleta do Consentimento	97
Art. 9º	99
1. O direito ao acesso facilitado às informações sobre tratamento de dados	100
2. Preservação dos segredos comerciais e industriais	100
3. Identificação e informações do controlador	101
4. Informações sobre o uso compartilhado de dados	102
5. Informações sobre o tratamento e sua relação com o consentimento	102
6. Fornecimento de produtos ou serviços condicionados ao tratamento de dados pessoais	102
Art. 10	103
1. Legítimo interesse: definição	103
2. O legítimo interesse, a atividade empresarial e os limites legais ...	104

SEÇÃO II

Do Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis

Art. 11	107
1. Da proteção extraordinária aos dados sensíveis	108
2. Disciplina quanto aos dados pessoais sensíveis	109
3. Dados biométricos e genéticos	111

4. Limitações ao compartilhamento e comunicação de dados pessoais sensíveis.....	113
Art. 12	115
1. Anonimização e dados anonimizados	115
2. Perfil comportamental	117
Art. 13	117
1. Estudos sobre saúde pública	118

SEÇÃO III

Do Tratamento de Dados Pessoais de Crianças e de Adolescentes

Art. 14	118
1. Disciplina sobre dados pessoais de menores	119
2. Consentimento dos responsáveis	121
3. Da hipótese de tratamento de dados de menores sem consentimento	122

SEÇÃO IV

Do Término do Tratamento de Dados

Art. 15	122
1. Término do tratamento de dados pessoais e providências necessárias	123
Art. 16	124
1. Eliminação de dados pessoais após o término do tratamento	124

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS DO TITULAR

Art. 17	126
1. Irrenunciabilidade da titularidade sobre dados pessoais	126
Art. 18	127
1. Da necessidade de regulamento	128

2.	Dos direitos previstos aos titulares dos dados pessoais.....	130
2.1.	Confirmação, acesso, correção, anonimização, bloqueio ou eliminação.....	130
2.2.	Portabilidade de dados.....	130
2.3.	Informação sobre compartilhamento de dados.....	131
2.4.	Informar a possibilidade de não concessão do consentimento.....	132
2.5.	Direitos previstos em outras legislações.....	133
3.	Do processamento dos pedidos do titular.....	133
4.	Do peticionamento perante a autoridade e os órgãos de proteção ao consumidor.....	134
Art. 19	134
1.	Da forma de prestação de informações de tratamento.....	134
Art. 20	135
1.	Das decisões automatizadas.....	135
Art. 21	136
1.	O exercício regular de direitos pelo titular.....	136
Art. 22	137
1.	Tutela jurisdicional.....	137

CAPÍTULO IV
DO TRATAMENTO DE DADOS
PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO

SEÇÃO I
Das Regras

Art. 23	140
1.	Dos princípios que regem a Administração Pública.....	141
2.	Especificidades quanto ao tratamento de dados pessoais pelo Poder Público.....	143
3.	Da não revogação ou modificação de legislação específica.....	146
4.	Assimetria de poder – Relação entre titular e Poder Público.....	146
5.	Razões do veto presidencial.....	147

Art. 24	148
1. Especificidades relativas às empresas públicas e às sociedades de economia mista	148
Art. 25	149
1. Interoperabilidade e sua relação com padrões abertos	149
Art. 26	152
1. Compartilhamento de dados pelo Poder Público	152
Art. 27	155
1. Demais requisitos para compartilhamento de dados pelo Poder Público	155
Art. 28	155
1. Razões do veto presidencial	155
Art. 29	156
Art. 30	156
1. Atuação da autoridade nacional no acompanhamento e fiscalização	156

SEÇÃO II

Da Responsabilidade

Art. 31	157
1. Medidas para cessação de violações à lei	157
Art. 32	159
1. Da possível exigibilidade de relatório de impacto à proteção de dados pessoais	159

CAPÍTULO V

DA TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

Art. 33	160
1. Transferência internacional de dados	161
1.1 Mesmo grau de proteção	163
1.2 Garantias pelo controlador	164

1.3	Cooperação internacional	164
1.4	Proteção à vida	164
1.5	Autorização expressa da autoridade nacional	164
1.6	Execução de política pública ou atribuição legal	165
1.7	Mediante consentimento	165
1.8	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória, execução de contrato e exercício regular de direitos	165
Art. 34	165
1.	Especificidades sobre o nível de proteção	166
Art. 35	166
1.	Cláusulas-padrão, normas corporativas globais, selos e outros temas. Responsabilidade da autoridade nacional	167
2.	Organismos de certificação	168
Art. 36	168
1.	Alterações nas garantias oferecidas para transferência internacional	168

CAPÍTULO VI

DOS AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

SEÇÃO I

Do Controlador e do Operador

Art. 37	169
1.	Controlador e operador: agentes de tratamento	169
2.	Da manutenção do registro das operações de tratamento realizadas	170
Art. 38	171
1.	Solicitação de Relatório de Impacto	171
Art. 39	173
1.	Da importância do instrumento de contrato na relação entre os agentes de tratamento	173
Art. 40	173
1.	Padrões de interoperabilidade	173

SEÇÃO II
Do Encarregado pelo
Tratamento de Dados Pessoais

Art. 41	174
1. Da figura do encarregado e suas atribuições	175
2. A responsabilidade civil e penal do encarregado	176

SEÇÃO III
Da Responsabilidade e
do Ressarcimento de Danos

Art. 42	179
1. Responsabilidade civil dos agentes de tratamento	180
2. Inversão do ônus da prova	182
Art. 43	183
1. Exceções relativas à responsabilização	184
Art. 44	185
1. Da irregularidade do tratamento de dados pessoais pela falta de segurança	185
Art. 45	186
1. Relação de consumo e tratamento de dados pessoais	187

CAPÍTULO VII
DA SEGURANÇA E DAS BOAS PRÁTICAS

SEÇÃO I
Da Segurança e do Sigilo de Dados

Art. 46	190
1. Padrões técnicos de segurança e sigilo	191
2. Padrões de segurança, técnicos e administrativos, recomendados pela autoridade nacional	193
3. <i>Privacy by design</i>	194

Art. 47	195
1. Garantia da segurança da informação	195
2. Segurança permanente	196
Art. 48	196
1. Comunicação em caso de incidentes	197
2. A atuação da autoridade nacional no caso de incidente de segurança.....	199
Art. 49	199
1. Cumprimento da lei como premissa para regularidade dos sistemas informáticos	199

SEÇÃO II

Das Boas Práticas e da Governança

Art. 50	200
1. Criação e adoção de boas práticas.....	201
Art. 51	203
1. Padrões técnicos que favoreçam aos titulares.....	203

CAPÍTULO VIII

DA FISCALIZAÇÃO

SEÇÃO I

Das Sanções Administrativas

Art. 52	204
1. Natureza das sanções previstas	206
2. Condutas típicas para aplicação da sanção administrativa	208
3. Destinatários das sanções administrativas.....	208
4. Responsável pela aplicação das sanções.....	210
5. Das sanções administrativas previstas.....	210
6. Dos parâmetros para fixação das sanções administrativas	213
7. Das sanções aplicadas aos órgãos públicos	215

8.	Destinação do valor das multas	216
9.	Da possibilidade de conciliação prévia	217
Art. 53	218
1.	Sanções administrativas e pendência de regulamento	218
Art. 54	218
1.	Dos parâmetros para fixação de multa	219

CAPÍTULO IX

DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD) E DO CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DA PRIVACIDADE

SEÇÃO I

Da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)

1.	Razões do veto presidencial à redação original e da MP 869/2018	219
Art. 55	220
Art. 55-A	220
Art. 55-B	222
Art. 55-C	222
Art. 55-D	222
Art. 55-E	223
Art. 55-F	224
Art. 55-G	226
Art. 55-H	226
Art. 55-I	227
Art. 55-J	227
1.	Poderes da Administração	230
2.	Poder de Polícia e fiscalização.....	231
3.	Poder Regulamentar e a edição de normas pela ANPD	231
4.	A atuação da ANPD e os setores específicos.....	232
5.	A ANPD e as <i>Startups</i>	232
6.	A ANPD e o tratamento de dados pessoais de idosos	235

Art. 55-K	235
1. Da competência exclusiva na aplicação de sanções	236
2. Da relação da ANPD e demais órgãos	236
Art. 55-L	236
1. Das receitas da ANPD	237
Art. 56	237
Art. 57	237

SEÇÃO II

Do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade

Art. 58	237
Art. 58-A	237
1. Da composição do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade – CNPD	239
Art. 58-B	239
1. Da competência do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade	240
Art. 59	240

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 60	241
1. Alterações promovidas no Marco Civil da Internet	241
Art. 61	242
1. Notificação de empresas estrangeiras	242
Art. 62	243
1. Disposição específica para a União relativa a tratamento de dados pessoais	243
Art. 63	244
1. Possibilidade de adequação progressiva dos bancos de dados	244

Art. 64	246
1. Da manutenção de direitos e princípios previstos em outras legislações	246
Art. 65	248
1. <i>Vacatio legis</i>	249
CONTEÚDO COMPLEMENTAR	253
1. Destaques de textos	253
2. Tabela de bases legais para tratamento de dados pessoais	253
3. Disposições pendentes de regulamentação	254
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	261